



17º SIMULADO ESPECIAL

Policial Rodoviária Federal

Pré-edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PRF**, cargo de **Agente Polícia Rodoviária Federal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/7eEzth6wL5RhcnNL7>

01 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	16 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	31 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	46 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	61 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	76 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	91 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	106 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
02 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	17 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	32 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	47 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	62 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	77 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	92 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	107 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
03 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	18 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	33 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	48 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	63 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	78 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	93 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	108 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
04 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	19 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	34 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	49 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	64 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	79 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	94 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	109 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
05 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	20 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	35 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	50 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	65 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	80 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	95 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	110 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
06 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	21 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	36 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	51 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	66 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	81 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	96 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	111 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
07 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	22 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	37 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	52 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	67 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	82 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	97 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	112 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
08 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	23 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	38 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	53 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	68 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	83 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	98 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	113 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
09 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	24 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	39 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	54 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	69 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	84 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	99 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	114 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
10 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	25 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	40 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	55 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	70 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	85 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	100 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	115 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
11 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	26 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	41 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	56 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	71 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	86 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	101 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	116 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
12 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	27 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	42 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	57 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	72 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	87 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	102 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	117 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
13 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	28 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	43 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	58 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	73 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	88 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	103 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	118 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
14 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	29 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	44 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	59 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	74 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	89 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	104 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	119 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
15 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	30 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	45 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	60 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	75 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	90 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	105 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	120 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Espanhol: <https://bit.ly/4zjyti1> | Inglês: <https://bit.ly/4gcyAo9>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Janaina Arruda***TEXTO I — para as questões de 1 a 10****O VIGIA DA MADRUGADA**

Quem viaja de madrugada por uma rodovia brasileira descobre, mais cedo ou mais tarde, um país paralelo: o país dos postos de combustível. Eles surgem na escuridão como pequenas capitais iluminadas, e é neles que a vida noturna da estrada se concentra. Caminhoneiros, viajantes, garçons insones — todos parecem obedecer a uma convocação silenciosa.

A humanidade aperfeiçoou a arte de encurtar distâncias, mas ainda não aprendeu a atravessá-las sem parar. O corpo cobra pedágio: café, banheiro, um prato feito a qualquer hora. Talvez por isso os postos me pareçam menos um comércio que uma instituição. Se cada um deles fechasse as portas à meia-noite, boa parte do transporte de cargas do país simplesmente não chegaria ao destino. Dizem os especialistas, porém, que tanta luz acesa na margem das rodovias tem um custo: desperdício de energia, poluição luminosa, noites que já não escurecem por completo.

Mesmo assim, sinto uma alegria quase infantil quando avisto, ao longe, o clarão de um posto na beira da pista. E me pego repetindo a pergunta que me faço desde que me conheço por gente: quem mantém tudo isso acordado? O mais plausível é imaginar que essa tarefa caiba a uma engrenagem impessoal de escalas, turnos e contratos. Mas prefiro apostar em um funcionário específico, um vigia da madrugada que, ao ver o sol se pôr, acionasse um interruptor e acordasse, um a um, os postos da rodovia.

Não consigo imaginar ofício mais discreto. Claro que o cargo, se existiu, já foi extinto — hoje tudo se acende sozinho, por sensores fotoelétricos. E, no entanto, toda vez que paro para abastecer às três da manhã, procuro esse vigia com os olhos, como quem procura um parente que nunca conheceu.

Texto elaborado para este simulado.

No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

1. A forma verbal “surgem”, no segundo período do primeiro parágrafo do texto, poderia ser substituída por **despontam**, sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto.
2. Infere-se do segundo parágrafo que o funcionamento ininterrupto dos postos de combustível é apresentado como condição para que boa parte das cargas transportadas pelas rodovias do país chegue ao destino.
3. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso o período “Se cada um deles fechasse as portas à meia-noite, boa parte do transporte de cargas do país simplesmente não chegaria ao destino” (segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: Caso cada um deles feche as portas à meia-noite, boa parte do transporte de cargas do país simplesmente não chegará ao destino.
4. O travessão empregado no último período do primeiro parágrafo introduz uma retificação das informações apresentadas anteriormente no período.
5. No terceiro parágrafo, caso se inserisse uma vírgula imediatamente após “a pergunta”, a correção gramatical do texto seria mantida, mas seus sentidos originais seriam alterados.
6. No período “O mais plausível é imaginar que essa tarefa caiba a uma engrenagem impessoal de escalas, turnos e contratos” (terceiro parágrafo), o emprego do modo subjuntivo na forma verbal “caiba” indica que o conteúdo por ela expresso é apresentado como uma suposição, e não como um fato dado como certo.

7. A forma pronominal “las”, em “atravessá-las” (segundo parágrafo), retoma o vocábulo “distâncias”.
8. A locução “Mesmo assim”, que inicia o terceiro parágrafo, introduz uma conclusão do que se afirma no final do parágrafo anterior.
9. A comparação presente no último período do texto confere ao desfecho da crônica um tom de afetividade e nostalgia, por aproximar o vigia imaginado pelo autor de uma figura familiar.
10. O sinal indicativo de crase em “às três da manhã” (último parágrafo) poderia ser suprimido, escrevendo-se **as três da manhã**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

TEXTO II — para as questões de 11 a 16**A ESTRADA COMO NÃO LUGAR**

As rodovias ocupam um lugar singular na vida contemporânea: são espaços que quase ninguém habita, mas por onde quase tudo passa. Alimentos, combustíveis, remédios e mercadorias de toda ordem dependem delas para chegar aos centros urbanos, o que faz do transporte rodoviário um elemento estruturante da economia brasileira. Essa centralidade, contudo, não se traduz em vínculo afetivo: a estrada é, para a maioria das pessoas, apenas um intervalo entre dois lugares que importam.

O antropólogo francês Marc Augé propôs, no início da década de 90 do século passado, o conceito de “não lugares” para designar espaços de circulação, consumo e comunicação — autoestradas, aeroportos, grandes supermercados — nos quais os indivíduos se cruzam sem se relacionar. Diferentemente dos lugares antropológicos, que abrigam memória e identidade, os não lugares seriam marcados pela transitoriedade e pelo anonimato: neles, o indivíduo é passageiro, cliente ou usuário, quase nunca vizinho.

A tese de Augé, entretanto, não deve ser lida como uma condenação. O próprio autor reconhece que lugar e não lugar são polaridades que nunca existem em estado puro: o não lugar de uns pode ser o lugar de outros. Uma rodovia é pura passagem para o motorista apressado; para o frentista, para o borracheiro e para a comunidade instalada às suas margens, ela é endereço, sustento e paisagem cotidiana. Entre o mapa e a vida, a estrada muda de natureza conforme os olhos que a percorrem.

Texto elaborado para este simulado, com base em: Marc Augé. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994 (com adaptações).

Com relação às ideias e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

11. Conclui-se do primeiro parágrafo que a importância das rodovias para o abastecimento dos centros urbanos se traduz, entre a população, em forte identificação afetiva com esses espaços.
12. De acordo com o texto, para Marc Augé, a distinção entre lugares e não lugares é absoluta, de modo que um mesmo espaço não pode assumir, para diferentes indivíduos, ora uma condição, ora outra.
13. No segundo parágrafo, os travessões isolam enumeração que exemplifica os “espaços de circulação, consumo e comunicação” designados pelo conceito de “não lugares”.
14. No trecho “Alimentos, combustíveis, remédios e mercadorias de toda ordem dependem delas para chegar aos centros urbanos” (primeiro parágrafo), a forma verbal “dependem” está flexionada no plural para concordar com o termo “delas”.
15. A substituição de “Diferentemente dos” (segundo parágrafo) por **Ao contrário dos** manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.

16. Infere-se do último período do texto que, na perspectiva nele apresentada, a natureza de um espaço é determinada menos por suas características físicas do que pela relação que os indivíduos estabelecem com ele.

REDAÇÃO OFICIAL — para as questões de 17 a 20

Considerando as disposições do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) acerca da redação oficial, julgue os itens a seguir.

17. De acordo com o MRPR, o padrão ofício compreende três espécies de expedientes — o aviso, o ofício e o memorando —, que se distinguem entre si pela finalidade e pelos destinatários.
18. Nas comunicações oficiais dirigidas ao presidente da República, o fecho adequado é “Respeitosamente”; nas dirigidas a autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente, “Atenciosamente”.
19. Nas comunicações oficiais, os adjetivos que se referem a pronomes de tratamento, como Vossa Senhoria e Vossa Excelência, devem concordar com o gênero gramatical desses pronomes — o feminino —, e não com o sexo da pessoa a que se referem.
20. A impessoalidade que caracteriza a redação oficial decorre da ausência de impressões individuais de quem comunica e da própria condição dos interlocutores: quem comunica é sempre o serviço público, e o destinatário é o público, um órgão ou uma entidade pública, razão pela qual as comunicações oficiais não devem veicular opiniões pessoais de quem as redige.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

21. Em determinada operação de fiscalização rodoviária, verificou-se que o número de veículos abordados por uma equipe, no primeiro dia, foi 20% maior que o número de veículos abordados no segundo dia. No terceiro dia, foram abordados 15 veículos a mais que no primeiro dia. Sabendo-se que, nos três dias, foram abordados 185 veículos, conclui-se que, no segundo dia, foram abordados 55 veículos.
22. Uma unidade operacional da PRF dispõe de uma área retangular de treinamento cuja largura corresponde a 60% de seu comprimento. Para ampliar a área, o comprimento será aumentado em 10 m e a largura, em 4 m, fazendo que a área total passe a ser 880 m². Nessas condições, a área original do terreno era igual a 540 m².
23. Durante uma operação de fiscalização em uma rodovia, uma equipe da PRF percorre determinado trecho mantendo velocidade média constante de 72 km/h e conclui o deslocamento em 50 minutos. Em uma segunda operação, em razão de condições mais favoráveis de tráfego, a equipe percorre 25% a mais de distância, mantendo a mesma velocidade média durante todo o percurso. Se o tempo disponível para realizar o segundo deslocamento for de 50 minutos, então, para cumprir o trecho dentro desse intervalo, a equipe deverá aumentar sua velocidade média para 90 km/h.
24. Uma central de monitoramento registrou, durante cinco intervalos consecutivos, as quantidades de ocorrências: 18, 24, 15, 27 e 36. Para analisar a dispersão desses dados, um servidor calculou a média aritmética e, em seguida, os desvios de cada valor em relação à média. Nessas condições, a média dos valores absolutos desses desvios é igual a 6,8 ocorrências.

25. Em determinado trecho de uma rodovia, a quantidade de acidentes registrados em quatro anos consecutivos foi de 32, 48, 72 e 108, respectivamente. Admitindo-se que a regularidade observada seja mantida, conclui-se que, no sexto ano, a quantidade de acidentes será 243.

26. Em uma operação, 8 agentes da PRF serão distribuídos em três equipes distintas, sendo que cada agente integrará exatamente uma equipe e nenhuma equipe poderá ficar vazia. Se duas distribuições forem consideradas diferentes sempre que pelo menos um agente estiver em equipe diferente, então o número de distribuições possíveis é igual a 5.784.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

27. Uma instituição disponibiliza um portal interno para seus colaboradores acessarem sistemas administrativos, documentos corporativos e comunicados, exigindo autenticação individual para controle das permissões. Embora utilize tecnologias presentes na internet, como navegadores e protocolos de comunicação web, esse ambiente não permite acesso público indiscriminado aos conteúdos disponibilizados.

28. As ferramentas de busca na web utilizam mecanismos de indexação e algoritmos de classificação para localizar páginas, documentos e outros conteúdos disponíveis na internet. O resultado apresentado ao usuário depende de fatores como correspondência entre termos pesquisados, relevância do conteúdo e critérios definidos pelo mecanismo de pesquisa.

29. No Windows 10 e Windows 11, a Área de Transferência armazena permanentemente todos os arquivos copiados ou recortados pelo usuário,

mantendo esses conteúdos disponíveis mesmo após o desligamento do computador, sem necessidade de recursos adicionais de sincronização ou histórico.

30. A Internet das Coisas (IoT) caracteriza-se pela conexão exclusiva de computadores e servidores tradicionais à internet, sem envolver sensores, dispositivos físicos inteligentes ou sistemas capazes de coletar e transmitir dados automaticamente entre equipamentos.

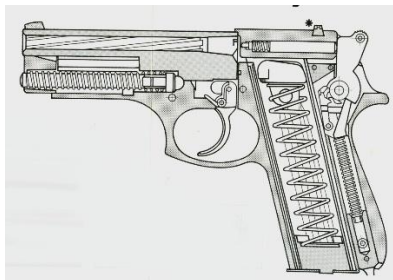
31. A computação em nuvem permite o acesso sob demanda a recursos computacionais, como armazenamento, processamento e aplicações, por meio da internet. Entretanto, a adoção de serviços em nuvem elimina completamente a necessidade de mecanismos de segurança, pois a proteção dos dados passa a ser responsabilidade exclusiva do provedor do serviço.

32. Um usuário recebe uma mensagem eletrônica aparentemente enviada por uma instituição conhecida, contendo um link para atualização cadastral. Ao acessar o endereço e informar seus dados de autenticação, as informações são capturadas por terceiros para utilização indevida. Essa situação caracteriza uma tentativa de phishing.

FÍSICA

Vinícius Silva

TEXTO PARA AS QUESTÕES 33 a 37



O uso de armas de fogo por operadores de segurança pública requer um preparo físico, psicológico e sobretudo respeito às regras de segurança para que não ocorram panes e acidentes que podem vitimar policiais.

A maioria das pistolas (figura acima) utilizadas por policiais funcionam com um mecanismo que ao disparar, uma mola faz com que outra munição seja automaticamente posicionada para um próximo disparo.

Sobre os mecanismos de disparo em pistolas, julgue os itens abaixo de acordo com os conhecimentos de física envolvidos nas situações.

33. Ao disparar parado em uma posição qualquer um atirador (considerando o conjunto atirador + arma + equipamentos) de 90kg sente um “coice”, devido ao disparo, sabendo que em um disparo de calibre 9mm o projétil sai do cano da arma com uma velocidade de 330m/s e que a massa do projétil é de 150g. Nessas circunstâncias a velocidade que o atirador vai ser projetado para trás é inferior a 1,0m/s.

34. A força do coice recebido pelo atirador é inferior à força com que o projétil é propelido para frente.

35. O mesmo operador atirou o mesmo projétil da questão 33 a partir da altura de sua linha escapular, com uma inclinação de 10º em relação à horizontal.

Supondo que o alvo se encontra a 10m do atirador, é correto afirmar que ao atingi-lo o projétil estará mais de 1,6m acima da linha horizontal na qual foi disparado.

Dado: $\cos 10^\circ = 0,98$; $\sin 10^\circ = 0,17$

36. Supondo que a mola do carregador tenha uma constante elástica de 0,5N/mm, ao inserir 15 munições em um carregador, a mola fica completamente comprida em um valor de 12cm. Nessa situação a mola terá armazenada uma energia superior a 3,0 joules.

37. A medida que os disparos são efetuados a energia da mola do carregador permanece constante.

ÉTICA E CIDADANIA

Antonio Daud

Acerca de ética, moral e cidadania, julgue os itens a seguir.

38. A ética, enquanto reflexão filosófica acerca dos fundamentos da moral, possui caráter predominantemente teórico, ao passo que a moral corresponde ao conjunto de normas e valores que orientam, na prática, o comportamento humano em determinada sociedade

39. Em todos os órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações públicas federais, bem como em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas do poder público, deverá ser criada comissão de ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público

40. Situação hipotética: Determinado policial rodoviário federal, em atendimento ao público, tratou usuário da rodovia com grosseria e, questionado pela chefia, afirmou que, a rigor, urbanidade constitui mera recomendação ética, desprovida de exigibilidade jurídica. **Assertiva:** A afirmação do policial está correta, uma vez que a inobservância da urbanidade não configura descumprimento de dever funcional passível de apenação

41. É vedado ao servidor usar do seu cargo público para obter qualquer favorecimento para si, mas não se proíbe que utilize suas amizades para favorecimento a outrem

42. Ao praticar infração ética, o servidor público federal sujeita-se à censura, a ser aplicada pela Comissão de Ética, ato que deverá ser motivado pelos integrantes da Comissão, embora não se exija a assinatura do servidor faltoso

GEOPOLÍTICA

Rodolfo Gracioli

43. A iniciativa dos Estados Unidos de enquadrar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas está em consonância com a posição oficial do governo brasileiro, que também reconhece essas facções como grupos terroristas e defende a adoção desse enquadramento jurídico no país.

44. A crise climática constitui um desafio de caráter transnacional, uma vez que seus efeitos ultrapassam as fronteiras dos Estados e podem intensificar fenômenos como eventos meteorológicos extremos, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e disputas por recursos naturais, exigindo mecanismos de

cooperação internacional para mitigação e adaptação.

45. No processo de escolha do sucessor de António Guterres na Secretaria-Geral da ONU, o Brasil retirou seu apoio à candidatura da ex-presidente chilena Michelle Bachelet, acompanhando a decisão do governo do Chile, que deixou de respaldar sua candidatura em 2026.

46. O Brasil deve retornar ao grupo das 10 maiores economias do mundo até 2030. A projeção é de cerca de US\$ 3,20 trilhões, o que representa um aumento de aproximadamente US\$ 560 bilhões em cinco anos. Com isso, o país salta do atual 11º lugar para o oitavo.

47. A área urbana brasileira registrou um crescimento de 12,27% entre os anos de 2019 e 2022, resultando no surgimento de 5.954,99 quilômetros quadrados (km²) de novas superfícies edificadas. O acréscimo de malha urbanizada ao longo desses três anos equivale praticamente à extensão territorial inteira do Distrito Federal, que possui 5.760 km².

INGLÊS **Adolfo Sá***Nearly 80% of Brazil's Prison Population Does Not Work**

In Brazil, 21.62% of the prison population engages in some type of work activity, according to the latest data from the National Secretariat for Criminal Policies, part of the Ministry of Justice.

The figure is not limited to people held in prisons: it also includes those serving sentences under house arrest, with or without electronic monitoring.

Despite the low percentage, the share of people who work reached its highest level in the historical series by December 2025.

The difficulty continues after leaving prison. Finding a job is hindered by prejudice, a lack of qualifications and employers' reluctance to hire former inmates.

Expanding access to work is one of the priorities of Pena Justa, a plan drawn up by the federal government and the National Council of Justice after the Supreme Court recognized an unconstitutional state of affairs in the prison system.

The goal is for half of people deprived of their liberty to be working by 2027.

<https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/business/2026/08/nearly-80-of-brazils-prison-population-does-not-work.shtml>

48. In the sentence "In Brazil, 21.62% of the prison population engages in some type of work activity", the verb "engages" could be replaced by "undertakes" without changing the meaning of the sentence.

49. In the sentence "The figure is not limited to people held in prisons", "figure" refers to the latest data from the National Secretariat for Criminal Policies.

50. The percentage of people who work in the prison system refers to inmates held in prisons.

51. Finding a job after leaving prison is accessible because employers are eager to hire former inmates.

52. The Pena Justa plan was created after the Supreme Court recognized a constitutional state of affairs in the prison system.

53. Nearly 80% of Brazil's prison population works, according to the latest data presented in the text.

54. In the sentence "Despite the low percentage, the share of people who work reached its highest level in the historical series by December 2025.", "despite" could be replaced by "in spite of", without changing the meaning of the sentence.

55. In the sentence "The difficulty continues after leaving prison.", the verb "continues" could be replaced by "goes on", without changing the meaning of the sentence.

ESPANHOL **Adinoel Sebastião*

La DGT tiene lista para julio su gran campaña de alcohol y drogas: estas son las carreteras donde más controles habrá este verano

Más de la mitad de los conductores fallecidos en carretera en España durante 2024 dieron positivo en alcohol, drogas o psicofármacos. La DGT lo sabe, y por eso cada verano convierte sus campañas de control en uno de los operativos más visibles del año. Este 2026 no será diferente: el calendario oficial ya fija la semana del 13 al 19 de julio como el momento de máxima presión sobre el conductor que decide mezclar sustancias con el volante.

La DGT programa anualmente dos campañas especiales de alcoholemia y drogas: una en verano y otra en diciembre, coincidiendo con los momentos de mayor riesgo en la red viaria. En 2026, la campaña estival está fijada del 13 al 19 de julio según la Instrucción MOV 2025/21, el documento oficial que regula los servicios de la Agrupación de Tráfico de la Guardia Civil para todo el año.

En la última edición veraniega, la de julio de 2025, se superaron las 30.000 pruebas diarias de alcoholemia y detección de drogas. Los agentes actuaron a cualquier hora y en cualquier tipo de vía, desde autovías hasta carreteras secundarias de travesía, y los resultados confirmaron que nueve de cada diez conductores positivos fueron detectados en controles preventivos, no por accidente o infracción previa.

La DGT trabaja de forma coordinada con la Agrupación de Tráfico de la Guardia Civil para diseñar los puntos de control con mayor impacto disuasorio. Históricamente, las carreteras convencionales de alta densidad son las que concentran mayor número de controles, por ser los tramos donde más se registra la combinación de alcohol, drogas y conducción nocturna o de madrugada.

Los datos de ediciones recientes permiten trazar un perfil claro de dónde y cuándo se concentran los positivos: las madrugadas de viernes y sábado son el tramo horario con mayor tasa de positivos en alcoholemia y drogas; las carreteras convencionales registran el doble de positividad que las vías de alta capacidad; y los conductores de 18 a 34 años concentran

la mayor proporción de pruebas positivas en consumo de drogas.

El mensaje de fondo no ha cambiado en décadas, pero los datos lo hacen cada vez más urgente: la única tasa segura es cero. Este verano, con más dispositivos sobre el asfalto y una campaña especial de alcoholemia que arranca en julio, la carretera española será un espacio más vigilado que nunca.

Fuente: Moncloa.com, 12/06/2026 —
<https://www.moncloa.com/2026/06/12/dgt-alcoholemia-campana-verano-3384247/> (texto adaptado, accedido 21/07/2026)

- 48.** De acuerdo con el texto, en 2024 la mayoría de los conductores que perdieron la vida en las carreteras españolas había consumido alcohol, drogas o psicofármacos.
- 49.** Según el texto, la campaña especial de alcohol y drogas de la DGT se realiza una única vez al año, exclusivamente durante el verano.
- 50.** El texto informa que, en la campaña de julio de 2025, la mayor parte de los conductores con resultado positivo fue detectada gracias a controles preventivos, y no como consecuencia de accidentes o infracciones previas.
- 51.** Conforme el texto, las carreteras de alta capacidad (autovías y autopistas) registran mayor índice de positividad en los controles que las carreteras convencionales.
- 52.** En el primer párrafo, la forma «será» ('este 2026 no será diferente') está conjugada en futuro simple de indicativo, tiempo verbal que expresa una acción o estado posterior al momento del habla.
- 53.** En el segundo párrafo, la conjunción «y» que une «una en verano y otra en diciembre» tiene valor adversativo, indicando oposición entre los dos períodos mencionados.

54. La expresión «nueve de cada diez», presente en el tercer párrafo, es un numeral cardinal que concuerda en género y número con el sustantivo «conductores».

55. El vocablo «según», presente en el segundo párrafo del texto, es una palabra aguda terminada en «n» y, por eso, se acentúa gráficamente, conforme a la regla general de acentuación del español.

BLOCO II

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Hugo Garotinho

No que se refere à Legislação de Trânsito brasileira e na Jurisprudência do Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

56. Suponha que um condutor possua apenas a Permissão Para Dirigir (PPD) e que tenha uma infração gravíssima imputada a ele, decorrente do transporte de crianças, em seu veículo, sem a observância das normas de segurança estabelecidas pelo CTB. Nessa situação, ainda que o veículo pertencesse a terceiros, a infração será computada no prontuário deste condutor, impedindo a expedição da CNH definitiva, caso a penalidade se torne definitiva após o devido processo administrativo.

57. Durante fiscalização de trânsito em rodovia federal, o agente autuador lavrou o Auto de Infração de Trânsito (AIT) em razão do descumprimento de norma de circulação por parte de condutor abordado no local. O condutor, contudo, recusou-se a assinar e a receber a via do AIT.

Nessa situação, como a assinatura do infrator é requisito de validade do ato administrativo

autuador, a recusa inviabiliza o AIT, tornando-o nulo por vício de forma e impositivo o seu arquivamento pela Autoridade de Trânsito.

58. Em operação de fiscalização, constatou-se que um motorista conduzia veículo automotor utilizando chinelos que não se firmavam aos pés. Durante toda a abordagem verificou-se que o condutor mantinha pleno domínio do veículo, inexistindo qualquer indício de condução insegura.

Nessa situação, a infração de trânsito resta descaracterizada, pois o CTB exige demonstração de comprometimento efetivo da segurança da condução.

59. Durante patrulhamento Ostensivo em rodovia federal de pista simples e duplo sentido de circulação, a equipe de policiais rodoviários federais observou que determinado condutor iniciou manobra de ultrapassagem em trecho dotado de sinalização horizontal permissiva (linha divisória simples seccionada). Ocorre que, após superar o veículo ultrapassado e dispor de espaço livre e visibilidade para retornar com segurança à sua faixa de origem, o condutor permaneceu deliberadamente transitando pela contramão de direção por distância e tempo superiores ao estritamente necessários para a conclusão do deslocamento.

Com base na Legislação de Trânsito e no texto acima, julgue a assertiva abaixo:

Nessa situação, embora o início da manobra tenha ocorrido em local regulamentado e com sinalização permissiva, a permanência injustificada na faixa oposta caracteriza infração de trânsito por transitar pela contramão de direção, visto que a exceção legal ao tráfego em sentido oposto restringe-se ao período estritamente indispensável à execução da ultrapassagem.

60. Determinado proprietário recebeu regularmente a notificação de autuação referente à infração praticada com seu veículo. Embora soubesse quem conduzia o automóvel no momento do fato, optou por não indicar o real infrator dentro do prazo legal.

Considerando a situação hipotética descrita, caso a infração cometida seja decorrente de ato praticado na direção do veículo, a ausência de indicação do condutor no prazo legal ensejará a atribuição da pontuação correspondente no prontuário do proprietário do veículo, que responderá também pelo pagamento da multa.

61. Durante uma operação de fiscalização de transporte de cargas em uma rodovia federal de pista dupla, policiais rodoviários federais abordaram um conjunto veicular formado por caminhão-trator e semirreboque que transportava bobinas de aço. Após a pesagem em balança regulamentar, verificou-se que o Peso Bruto Total Combinado (PBTC) encontrava-se dentro do limite estabelecido. Contudo, foi constatado excesso de peso em um dos eixos do semirreboque, em razão da distribuição inadequada da carga.

Com base na Legislação de Trânsito e no texto acima, julgue a assertiva abaixo:

A despeito da observância do limite legal do Peso Bruto Total Combinado (PBTC), o excesso de peso apurado em eixo isolado ou em conjunto de eixos configura infração de trânsito autônoma. Contudo, por estar o peso global **do veículo dentro** da capacidade regulamentar, a liberação do veículo fica condicionada ao remanejamento da carga e prescinde a lavratura de auto de infração

62. Durante uma operação de fiscalização de transporte de cargas em uma rodovia federal de pista dupla, policiais rodoviários federais abordaram um conjunto veicular formado por caminhão-trator e semirreboque que transportava bobinas de aço. Após a pesagem em balança regulamentar, verificou-se que o Peso Bruto Total Combinado (PBTC)

encontrava-se dentro do limite estabelecido pelo fabricante e pela regulamentação vigente. Contudo, foi constatado excesso de peso em um dos eixos do semirreboque, em razão da distribuição inadequada da carga.

Com base na Legislação de Trânsito e no texto acima, julgue a assertiva abaixo:

Ainda que o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) indique a conformidade do peso total declaratório da carga com a capacidade legal do veículo, a constatação de excesso de peso por eixo mediante pesagem em balança regulamentar, devidamente descontada a margem de tolerância estabelecida pelo CONTRAN, enseja a lavratura do respectivo auto de infração, ficando a aplicação da medida administrativa de retenção mantida até a efetiva readequação do encargo por eixo, sem prejuízo de eventual responsabilização do embarcador se comprovada a sua exclusividade na distribuição do frete.

63. Em rodovia federal, dois automóveis se envolveram em colisão traseira resultando apenas danos materiais. Os condutores mantiveram os veículos imobilizados na faixa de rolamento por acreditarem ser proibida a remoção antes da chegada da fiscalização.

Como base no texto acima e nas Normas de Trânsito, julgue a assertiva abaixo:

Os condutores agiram corretamente, pois, mesmo inexistindo vítimas, a manutenção dos veículos na posição do impacto é imperativa para a preservação do local e a apuração das responsabilidades.

64. Diante do conflito entre a preservação do local de sinistro de trânsito com vítima e a manutenção da segurança e fluidez viárias, a desobstrução da pista promovida pelos condutores envolvidos para mitigar risco iminente de novos acidentes afasta a infração administrativa de omissão na preservação do local.

65. Inexistindo registro policial de sinais conclusivos de alteração da capacidade psicomotora de condutor abordado em fiscalização rodoviária, resta descaracterizado o perigo concreto à segurança viária, razão pela qual a sua recusa expressa em realizar o teste de alcoolemia por etilômetro, isoladamente considerada, não subsiste como infração autônoma, condicionando-se a lavratura do auto de infração à demonstração prévia do estado de embriaguez por outros meios de prova admitidos em direito.

66. A apresentação de condutor devidamente habilitado e sem restrições em seu registro documental não basta, por si só, para autorizar a cessação da retenção veicular originada de infração por alcoolemia, não prescindindo a efetiva comprovação de sua aptidão psicomotora mediante resultado negativo no teste de alcoolemia.

67. A imobilização de automóvel em local com proibição de parada, efetuada pelo tempo superior ao necessário para o desembarque de passageiro, resta administrativamente regularizada mediante o acionamento ininterrupto das luzes de advertência (pisca-alerta), cuja função precípua é comunicar a imobilização temporária e mitigar o risco de colisão aos demais usuários da via.

68. Consoante jurisprudência, o motorista profissional de transporte de cargas que cumpre o descanso de onze horas a cada vinte e quatro horas dividindo-o em um bloco de oito horas ininterruptas

e três horas de pausas ao longo da viagem comete infração de trânsito, haja vista a inconstitucionalidade do fracionamento e da coincidência desse tempo com os intervalos de condução declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

69. Sob a ótica do Código de Trânsito Brasileiro, o transcurso de dias subsequentes durante um trajeto de longa distância não descaracteriza a unidade da viagem do motorista profissional, sendo as partidas diárias posteriores consideradas mera continuação do percurso original, cujo início se dá com a saída do veículo na ida ou no regresso, estivesse ele carregado ou não.

70. Sujeita-se à penalidade de multa, ao cômputo de 5 pontos na carteira de habilitação, o condutor que, diante da abertura do sinal semafórico na cor verde, não aguarda a conclusão da travessia de pedestre que já se encontrava sobre a faixa delimitada para a sua passagem, haja vista de se tratar de uma infração gravíssima.

71. Em virtude dos princípios da legalidade e da autonomia do Direito de Trânsito, eventual omissão ou lacuna do Código de Trânsito Brasileiro no tratamento dos crimes cometidos na direção de veículo automotor impede a incidência subsidiária das normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal ao caso concreto.

72. Apesar de a regra geral do Código de Trânsito Brasileiro condicionar a deflagração da ação penal pelo crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor à representação da vítima, a constatação de que o condutor agia sob a influência de álcool afasta essa exigência legal, transmudando a natureza da ação penal para pública incondicionada.

73. No âmbito da responsabilização penal pelos crimes praticados na direção de veículo automotor, a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir possui natureza autônoma, podendo ser imposta pelo magistrado de forma isolada ou cumulada com as demais sanções previas em lei.

74. Mércia, plenamente habilitada, entregou seu veículo à filha Melissa, dezessete anos de idade, para que esta percorresse pequeno trajeto em uma via pública de baixo fluxo. Durante o percurso, a adolescente conduziu o automóvel normalmente, sem provocar acidentes, infrações ou qualquer situação de risco concreto aos demais usuários da via.

Como base no texto acima e nas Normas de Trânsito, julgue a assertiva abaixo:

Ainda que a condução ocorra em via de baixo fluxo, por curto trajeto e sem qualquer anormalidade ou risco concreto de sinistro, a conduta de Mércia, ao entregar a direção de veículo automotor à Melissa, pessoa não habilitada, consuma o crime de trânsito previsto no Código de Trânsito Brasileiro, cuja tipicidade, por se tratar de delito de perigo abstrato, prescinde da demonstração de perigo real aos usuários da via.

75. Durante fiscalização de trânsito, constatou-se que determinado condutor realizava moto-frete em veículo registrado na categoria particular. Nessa situação, sob a égide do texto vigente do Código de Trânsito Brasileiro, a ausência de registro na categoria de aluguel caracteriza, de plano, a ilegalidade da circulação do veículo.

76. Considera-se em situação regular perante a legislação de trânsito o condutor de 45 anos de idade, habilitado na categoria D, que, tendo realizado o exame toxicológico no ato da renovação da sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), deixa de submeter-se a novo exame toxicológico no prazo de dois anos e seis meses, sob o fundamento de que seus exames de aptidão física e mental permanecem válidos por dez anos.

77. Para os condutores das categorias C, D e E com idade inferior a 70 anos, é obrigatória a realização de novo exame toxicológico a cada 2 anos e 6 meses. Caso decorra esse prazo sem a realização do exame intermediário (respeitada a tolerância de 30 dias), o condutor cometerá infração gravíssima, sujeita à penalidade de multa cujo valor-base será multiplicado por três.

78. Durante o procedimento de identificação veicular em um automóvel de passageiros, a equipe de fiscalização constatou que, além da gravação do Número de Identificação Veicular (VIN) localizada na estrutura do assoalho sob o assento do passageiro dianteiro, existia uma segunda gravação do mesmo VIN gravada na Coluna "A" do monobloco. Sabendo-se que o veículo possui todas as etiquetas autocolantes e gravações nos vidros em conformidade com o padrão do fabricante, a presença dessa dupla gravação no monobloco é compatível com as disposições da Resolução CONTRAN nº 968/2022, não configurando, por si só, infração de trânsito nem irregularidade na identificação do veículo, desde que ambas as marcações reproduzam rigorosamente a mesma sequência de caracteres.

79. Situação hipotética: Durante abordagem em uma rodovia federal, policiais rodoviários federais fiscalizaram uma motocicleta e, ao realizarem a vistoria física nos elementos identificadores do veículo, constataram a existência de apenas uma única gravação do Número de Identificação Veicular (VIN) na coluna de direção. Por essa razão, a equipe deu voz de prisão ao condutor e procedeu à apreensão do veículo, sob a fundamentação de que a ausência de uma segunda gravação do VIN no chassi configurava indício inequívoco do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Como base no texto acima e na Resolução CONTRAN nº 968/2022, julgue a assertiva abaixo:

Assertiva: Nessa situação, a conduta da equipe policial fundamentou-se em premissa equivocada, uma vez que, nos termos da Resolução CONTRAN nº 968/2022, as motocicletas são expressamente isentas da exigência da segunda gravação do VIN na estrutura do chassi.

80. O Número de Identificação Veicular (VIN) grava a identidade do veículo por meio de uma combinação alfa-numérica padronizada composta por 15 caracteres, sendo essa a sequência exata que deve ser reproduzida na gravação profunda do chassi ou monobloco, bem como na seção simplificada impressa nos vidros e nas etiquetas destrutíveis.

81. Situação hipotética: Durante a fiscalização de um automóvel recém-importado, a equipe da PRF realizou a checagem do VIN e constatou que a sequência alfanumérica continha a letra "O" na 10ª posição. O condutor apresentou laudo do fabricante alegando que a letra tratava-se do código indicativo do ano-modelo do veículo, padronizado internacionalmente pela montadora estrangeira. **Assertiva:** Nessa situação, a gravação é considerada válida e regular perante a legislação brasileira,

tendo em vista que a restrição do CONTRAN quanto ao uso das letras I, O e Q aplica-se exclusivamente à Seção Descritiva do Veículo (VDS), sendo permitida sua utilização na Seção Indicadora do Veículo (VIS) quando destinada a veículos estrangeiros e à codificação do ano de fabricação.

82. Situação hipotética: Durante fiscalização em rodovia federal, a Polícia Rodoviária Federal abordou um conjunto transportador que executava o transporte de uma carga indivisível. Na verificação das dimensões regulamentares, a equipe constatou que o veículo apresentava 2,80 metros de largura total e 4,60 metros de altura, não tendo o condutor apresentado a respectiva Autorização Especial de Trânsito (AET).

Assertiva: Nessa situação, considerando o disposto na Resolução CONTRAN nº 882/2021, o veículo encontra-se irregular para a circulação sem a AET por ter superado os limites regulamentares gerais de dimensão.

83. Situação hipotética: Em fiscalização em rodovia federal, a Polícia Rodoviária Federal atendeu a um sinistro de trânsito em que um automóvel de passeio atropelou uma pedestre, resultando na morte imediata da vítima no local. O condutor do veículo, devidamente habilitado e sem sinais de alteração da capacidade psicomotora (com resultado negativo no teste do etilômetro), permaneceu no local do fato, sinalizou a via, acionou o resgate e colaborou com os policiais na preservação do local e na identificação das partes.

Assertiva: Nessa situação, por ter prestado pronto e integral socorro à vítima e colaborado com a fiscalização, a autoridade policial fica legalmente impedida de lavrar auto de prisão em flagrante ou de arbitrar fiança em desfavor do condutor, o que estende a ele imunidade quanto à decretação de eventual prisão preventiva pela autoridade judiciária no decorrer da investigação.

84. O condutor que se utilizar de veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus, comete infração gravíssima, sujeita à penalidade do recolhimento do documento de habilitação e a remoção do veículo.

85. Inovar artificiosamente, em caso de sinistro de trânsito com vítima, na pendência de procedimento policial preparatório, de inquérito policial ou de processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o agente policial, o perito ou o juiz, sujeita o infrator à pena de detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

BLOCO III

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

86. Considerando que o poder constituinte derivado reformador sofre limitações materiais expressas no texto constitucional, seria juridicamente viável a promulgação de uma primeira emenda constitucional para suprimir a vedação à abolição do voto direto, secreto, universal e periódico (cláusula pétrea) e, em seguida, editar-se uma segunda emenda para, de fato, instituir o voto indireto no país.

87. A condenação criminal transitada em julgado, enquanto perdurarem seus efeitos, ocasiona a suspensão dos direitos políticos e impede a nomeação e a posse de candidato aprovado em concurso público, independentemente da natureza da infração penal praticada.

88. Durante uma operação na fronteira, auditores-fiscais da Receita Federal apreenderam grande

quantidade de mercadorias contrabandeadas sem a presença de policiais federais. Nessa situação, por força da atribuição constitucional conferida à Polícia Federal para reprimir o contrabando, a atuação dos agentes fazendários padece de ilicitude por usurpação de função.

89. A Polícia Rodoviária Federal possui competência para executar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais e exercer a fiscalização e o poder de polícia de trânsito, abrangendo também a investigação de infrações penais praticadas no âmbito dessas rodovias.

90. No sistema presidencialista adotado pelo Brasil, o Presidente da República exerce simultaneamente as atribuições de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Nessa linha, a celebração de tratados internacionais e a edição de medidas provisórias constituem, respectivamente, atos praticados no exercício da chefia de governo e da chefia de estado.

91. No tocante à tutela constitucional do meio ambiente, a responsabilização penal da pessoa jurídica pela prática de crimes ambientais é condicionada à concomitante e obrigatória persecução penal da pessoa física que tenha agido em seu nome ou em seu proveito, sob pena de inépcia da denúncia oferecida pelo Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

92. Nos termos do art. 41 da Constituição Federal, a aquisição da estabilidade pelo servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo exige o cumprimento do prazo de três anos de efetivo exercício, além do requisito obrigatório de aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

93. A descentralização por outorga manifesta-se, por exemplo, quando o Estado cria uma autarquia integrante da Administração Indireta e transfere a ela, por meio de lei, tanto a execução quanto a titularidade do serviço público.

94. Por serem entes autônomos dentro da estrutura estatal, os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria, patrimônio autônomo e capacidade para figurar ordinariamente em polos passivos de ações judiciais de indenização.

95. A polícia administrativa incide predominantemente sobre bens, direitos e atividades, possui caráter essencialmente preventivo e é exercida por diversos órgãos da Administração Pública encarregados da fiscalização e do condicionamento do interesse privado ao bem-estar coletivo.

96. Durante uma auditoria nos contratos de prestação de serviços continuados de vigilância e manutenção operacional das Unidades Operacionais (UOPs) da Polícia Rodoviária Federal (PRF), identificou-se a ocorrência de pagamentos por quantitativos de horas trabalhadas superiores às efetivamente prestadas pelas empresas contratadas, configurando medição de quantidades imprecisa.

Nessa situação, o dano provocado ao patrimônio da administração pública caracteriza hipótese de sobrepreço, o qual ocorre quando há alteração contratual com prejuízo financeiro apurado após a execução do serviço.

97. Consideram-se serviços e fornecimentos contínuos as contratações realizadas pela Administração Pública destinadas à prestação de um serviço específico em período predeterminado, com prorrogação limitada estritamente ao prazo necessário para a conclusão do objeto.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

98. João, após ser injustamente provocado por Marcos, agiu imediatamente sob o domínio de violenta emoção e, utilizando-se de uma arma branca, causou a morte de seu desafeto.

De acordo com o Código Penal, nessa situação, ainda que reconhecida a ocorrência de homicídio, o juiz poderá reduzir a pena de um sexto a um terço, desde que estejam presentes os requisitos legais do homicídio privilegiado.

99. Durante fiscalização de rotina em rodovia federal, agentes da PRF abordaram Renato, que conduzia um veículo com sinais de adulteração no chassi. Após investigação, constatou-se que Renato havia subtraído o veículo de sua vítima mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, e que, logo após a subtração, ainda no local do crime, a vítima reagiu e Renato desferiu um soco em seu rosto, causando-lhe lesão corporal leve, com o intuito de assegurar a detenção da coisa roubada.

Com base nessa situação e nas disposições do Código Penal, julgue o item a seguir.

A conduta de Renato configura o crime de roubo impróprio qualificado pelo emprego de arma de fogo, pois a violência foi exercida após a subtração da coisa, com o fim de assegurar sua detenção, sendo a pena aumentada de um terço até metade em razão do emprego de arma de fogo, nos termos do art. 157, § 2º, I, do Código Penal.

100. Marcos, com 19 anos de idade, manteve conjunção carnal com Isabela, de 13 anos, mediante sua expressa concordância e sem qualquer forma de violência ou grave ameaça. Os pais de Isabela, ao tomarem conhecimento do fato, registraram ocorrência policial. O advogado de Marcos sustentou, em sua defesa, que a ausência de violência e a concordância da vítima afastariam a tipicidade do crime de estupro.

Com base nessa situação e nas disposições do Código Penal, julgue o item a seguir.

A tese defensiva de Marcos não encontra amparo no ordenamento jurídico penal vigente, pois o Código Penal presume de forma absoluta (*iuris et de iure*) a violência quando a vítima é menor de 14 anos, de modo que o consentimento da vítima é juridicamente irrelevante para a configuração do crime de estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A do CP.

101. Durante patrulhamento em rodovia federal, agentes da PRF identificaram um caminhão-tanque que transportava grande quantidade de combustível inflamável sem as devidas sinalizações de segurança e com vazamento no reservatório. O motorista, Cláudio, estava ciente do vazamento desde o início da viagem, mas optou por continuar o trajeto para não atrasar a entrega. Nenhum acidente ocorreu, e a carga foi apreendida antes que qualquer dano se materializasse.

Com base nessa situação e nas disposições do Código Penal, julgue o item a seguir.

A conduta de Cláudio não configura crime, pois os crimes contra a incolumidade pública previstos no Código Penal exigem, em regra, a produção de resultado naturalístico concreto dano efetivo a pessoas ou ao patrimônio, de modo que, na ausência de qualquer acidente ou lesão, a conduta é atípica por ausência de resultado.

102. No decorrer de uma fiscalização em posto de pesagem de rodovia federal, agentes da PRF verificaram que o caminhoneiro Fábio apresentou uma Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com dados adulterados a categoria original "B" havia sido raspada e substituída pela categoria "E" por meio de processo mecânico. Fábio alegou que havia encontrado o documento em uma lixeira e que não sabia que estava adulterado. Perícia posterior confirmou a falsificação material do documento.

Com base nessa situação e nas disposições do Código Penal, julgue o item a seguir.

Caso seja comprovado que Fábio efetivamente desconhecia a adulteração do documento, sua conduta será atípica em relação ao crime de uso de documento falso (art. 304 do CP), pois este delito exige, para sua configuração, o dolo específico de enganar terceiros com ciência da falsidade do documento utilizado, não sendo punível a conduta culposa.

103. O agente da PRF Rodrigo, durante abordagem em rodovia federal, solicitou a um motorista que lhe pagasse determinada quantia para que não lavrasse o auto de infração por excesso de velocidade que havia constatado. O motorista, indignado, recusou-se a pagar e registrou ocorrência. Rodrigo, em sua defesa, alegou que a conduta seria atípica, pois não chegou a receber qualquer vantagem, já que o motorista se recusou a pagar.

Com base nessa situação e nas disposições do Código Penal, julgue o item a seguir.

A defesa de Rodrigo não procede, pois o crime de concussão, previsto no art. 316 do Código Penal, consuma-se no momento em que o funcionário público exige a vantagem indevida, sendo um crime formal que independe do efetivo recebimento da vantagem para sua consumação, bastando a exigência para que o delito esteja consumado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

104. Marcelo, primário e portador de bons antecedentes, confessou formalmente, em sede policial, a prática do crime de receptação simples (art. 180, caput, do CP), cuja pena é de reclusão de 2 a 6 anos e multa. O crime não envolveu violência ou grave ameaça, e Marcelo restituiu voluntariamente o bem à vítima. Concluído o inquérito policial, com o indiciamento de Marcelo, os autos foram remetidos ao Ministério Público, que passou a analisar a possibilidade de oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal (ANPP).

Nesse caso, caso o Ministério Público se recuse a oferecer a proposta de ANPP, poderá o Juiz, de ofício, formalizar o acordo diretamente com o investigado e seu defensor.

105. Acerca da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Na cadeia de custódia, a etapa de processamento corresponde à realização do exame pericial em si, com a manipulação do vestígio segundo a metodologia adequada às suas características, devendo o resultado ser formalizado em laudo elaborado por perito.

106. Durante a lavratura do auto de prisão em flagrante de Rodrigo, autuado pela prática do crime de tráfico de drogas, os policiais apreenderam o aparelho celular do preso e, sem qualquer autorização judicial, acessaram diretamente o aplicativo de mensagens instalado no aparelho, extraindo conversas que incriminavam terceiros.

Atento ao caso, julgue o item a seguir:

A prova assim obtida é lícita, pois a apreensão do aparelho celular no momento da prisão em flagrante já autoriza, por si só, a autoridade policial a acessar livremente o seu conteúdo, independentemente de prévia autorização judicial.

107. Acerca das provas em espécie, julgue o item a seguir:

A confissão extrajudicial do investigado, colhida na fase de inquérito policial, possui valor probatório absoluto, sendo suficiente, por si só, para fundamentar a condenação, independentemente de sua compatibilidade com as demais provas dos autos.

108. Acerca da prisão em flagrante e da audiência de custódia, julgue o item a seguir:

Desde a edição da Lei nº 15.272/2025, o art. 310 do CPP passou a prever, em rol exemplificativo, circunstâncias objetivas a serem consideradas pelo juiz, na audiência de custódia, e que recomendam a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

109. Durante patrulhamento, policiais rodoviários federais efetuaram a prisão em flagrante de Anderson, em razão da prática, com grave ameaça, do crime de estupro (art. 213 do CP), que teria ocorrido dentro de um veículo parado às margens da rodovia BR-040.

Atento ao caso, julgue o item a seguir:

Nesse caso, o Ministério Público ou a autoridade policial deverá requerer ao juiz a coleta de material biológico para obtenção do perfil genético de Anderson, devendo essa coleta ser realizada, preferencialmente, na própria audiência de custódia.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Antônio Pequeno*

110. Marcos foi preso em flagrante delito pela Polícia Federal porque estava armazenando em seu telefone celular fotografia contendo cena de sexo explícito com criança. Por isso, será responsabilizado pelo crime previsto no artigo 241-A, §1º, I, da Lei nº 8.069/1990 que é um crime hediondo.

111. João submeteu Maria de forma reiterada a intenso sofrimento mental no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por isso ele será responsabilizado pelo crime de tortura.

112. Mário praticou o crime de desacato que é considerado um crime de menor potencial ofensivo porque a pena máxima não ultrapassa dois anos, por isso ele pode ser beneficiado pela transação penal prevista na lei nº 9.099/1995.

113. O Juiz, Lucas, recebeu uma denúncia contra Luiz acusando este do crime de organização criminosa. Na peça acusatória tinha uma informação que a organização criminosa tinha armas de fogo à disposição. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 12.037/2009, poderá ocorrer a identificação criminal de Luiz mesmo ele apresentando a identificação civil.

114. O crime de organização criminosa poderá ter a pena aumentada de 1/6 a 2/3 se há participação de criança ou adolescente ou se a organização criminosa é destinada ao cometimento dos crimes previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

115. Durante uma ocorrência, dois policiais rodoviários federais colocaram um adulto, maior de 18 anos, por cometer um crime, e um menor, por praticar um ato infracional, no mesmo local de detenção; dessa forma, os agentes públicos serão responsabilizados pelo crime de tortura.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

116. A prevalência dos direitos humanos figura como princípio que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, e o rol de direitos

fundamentais previsto na Constituição Federal não exclui outros decorrentes dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

117. Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

118. *Situação hipotética:* Em determinado estado da Federação, homicídios praticados contra defensores de direitos humanos permanecem sem elucidação, havendo evidente inércia das autoridades locais, o que pode acarretar a responsabilização internacional do Brasil. Nessa situação, o Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

119. Policiais rodoviários federais efetuam a prisão em flagrante de um indivíduo durante fiscalização em rodovia federal, lavrando-se o auto na delegacia. Em observância à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a exigência de condução do preso, sem demora, à presença de autoridade judicial é satisfeita com o mero encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao juiz competente no prazo de vinte e quatro horas.

120. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ninguém será submetido a prisão, detenção ou exílio arbitrários, admitindo-se, todavia, a imposição de penas cruéis ou degradantes nas hipóteses excepcionais expressamente previstas na legislação interna de cada Estado.

Discursiva

Texto Motivador:

As margens das rodovias federais brasileiras sofrem anualmente com a incidência de queimadas, em especial nos períodos de estiagem. A fumaça espessa invade as pistas, reduz a visibilidade dos motoristas a quase zero e provoca acidentes graves, como engavetamentos. Especialistas apontam que a esmagadora maioria desses incêndios tem origem na ação humana, seja pelo lançamento de bitucas de cigarro pelas janelas dos veículos, seja pela queima de lixo ou limpeza de terrenos por moradores das regiões lindeiras.

Comando da Questão:

Com base no texto motivador e em seus conhecimentos, redija um texto dissertativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, com o seguinte tema: **"A importância da prevenção de queimadas nas rodovias federais brasileiras"**. Seu texto deve ter até 30 linhas e apresentar causas, consequências e propostas de solução para o problema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
